

A EDUCAÇÃO NO BRASIL COLÔNIA: PELO FIM DA VISÃO ILUMINISTA DA HISTÓRIA

Célio Juvenal Costa
Professor da Universidade Estadual de Maringá
Participante do Grupo de Pesquisa DEHSCUBRA¹

Antes de qualquer comentário, agradeço aos coordenadores do HISTEDBR pelo convite para participar desta sessão de comunicações e debate em torno do tema **Brasil Colônia: estado da arte em História da Educação**, ao mesmo tempo em que desculpo-me pela impossibilidade de se fazer presente tanto aí na Unicamp como na modalidade vídeo-conferência. Partilho das expectativas de que o debate via vídeo-conferência fará parte cotidiana de nossa vida acadêmica, pois propiciará uma rápida, cômoda e econômica forma de partilharmos o resultado de nossas pesquisas. Pena que ainda não seja uma realidade na maioria das universidades, mas, creio, é questão de tempo.

O tema desta “mesa” remete, necessariamente, a duas vertentes de discussão que acabam por se entrecruzar na dinâmica das pesquisas: por um lado a importância de se avaliar as produções existentes, tanto as mais antigas como mais atuais sobre a educação na Colônia e, por outro, a ideologia subjacente às análises, não no sentido de se cotejar teorias historiográficas, mas, sim, no sentido de se perceber em que medida se está descobrindo ou encobrendo ainda mais o que se está estudando.

A tônica, hoje em dia, em termos de produção historiográfica parecer ser, cada vez mais, o livro coletivo, ou mais propriamente, uma coletânea de artigos sobre um tema em comum, realizado a partir de iniciativas pessoais (as quais são sempre louváveis) e/ou de grupos mais ou menos consolidados em nossas universidades. Como exemplo cito o volume I de **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**, obra coordenada pelas professoras Maria Stephanou e Maria Helena Câmara Bastos. O livro é composto por treze artigos dispostos sem uma lógica interna rigorosa, pois os temas abarcam cultura, instituições, gênero, teorias e práticas educativas. O mais significativo de uma obra como esta, além, é claro, da riqueza inerente a cada artigo, é ter a possibilidade de se conhecer, ao mesmo tempo, várias pesquisas e, com isso, poder identificar pessoas, grupos e instituições que desenvolvem estudos sobre temas próximos.

¹ Grupo de pesquisadores sobre o tema “Educação, História e Cultura: Brasil, 1549-1759”, coordenado pelo professor José Maria de Paiva.

Este tipo de produção coletiva praticamente inexistia há alguns anos atrás, quando privilegiava-se o livro individual, fruto geralmente de uma pesquisa de grande fôlego (comumente iniciava-se com o trabalho final da pós-graduação), no qual desenvolvia-se, quase sempre, uma parte metodológica filiando o autor a determinada corrente teórica. Parece não carecer de dúvida a conclusão de que, em termos de profundidade, a obra individual tem mais qualidade, pois é mais rica em informações, argumentos, exemplos etc., mas a obra coletiva, no entanto, tem o mérito de apresentar sínteses de pesquisas que podem funcionar, inclusive, como um bom aperitivo para que se deseje conhecer mais a fundo o trabalho completo do autor.

Creio que a maior novidade na historiografia relativa à Colônia atualmente, para além do que já foi mencionado, diz respeito à ampliação de temas apresentados e pesquisados. Novamente o livro organizado por Stephanou e Bastos serve como exemplo, pois há nele temas que há pouco tempo dificilmente eram abordados, tais como: educação da mulher, a perspectiva cultural da vida coletiva, a visão diferente do “outro” frente ao processo colonizador, práticas educativas como exemplos de uma situação geral. Uma maior amplitude de temas possibilita, sem dúvida, um aprofundamento da totalidade da vida educacional na Colônia.

No entanto, creio também que algumas questões de fundo ainda precisam ser apresentadas e debatidas, uma vez que servem de crivo para o conhecimento do objeto de estudo. Refiro-me aqui às ideologias subjacentes às análises. É preciso, entretanto, deixar claro que o objetivo aqui neste espaço é discutir como o passado é visto e interpretado pelo presente, e não propor um debate acerca de teorias historiográficas, tão comum na década de 80 e primeira metade da de 90 do século passado. Deixo claro também, de antemão, que tomo por base meus estudos acerca do século XVI e não da Colônia como um todo, e, portanto, meu ponto de vista é, como não poderia deixar de ser, parcial.

Jacques Barzun, que escreveu um compêndio de história moderna e contemporânea já quase centenário, no auge, portanto, de uma carreira profícua e reafirmando sempre o gosto pelos clássicos, ensina aos seus leitores a dificuldade de se entender o passado pelos valores atuais. *“O nosso tempo – diz ele - é tão tolerante, de espírito tão liberal e tão avesso à violência em suas ideologias, que encontrar sólidos argumentos em prol do caráter do século XVI ou XVII está irremediavelmente fadado a ofender os justos e virtuosos”* (2002, p. 10). Mas, a tarefa do historiador tem que estar acima destas dificuldades se se quiser realmente resgatar o passado, pois, continua ele, *“Não que eu seja a favor de régios senhores, de*

perseguições ou de qualquer outra excrescência supostamente maligna ou perversa. Cito esses exemplos como indicação de que não considerarei preconceitos correntes. Os meus próprios bastam para manter-me ocupado quando viso o desprendimento e a simpatia do historiador” (2002, p. 10).

Luís Felipe Barreto, por sua vez, adverte que um dos grandes riscos ao se estudar a história é proceder a um julgamento discricionário e assim “*matar uma vez mais os mortos*”. Quando se propõe a ver a História como Rigor, diferentemente da simples História da Memória, Barreto quer mostrar que se deve olhar “*o ser do passado como lugar de perspectiva e não de retrospectiva, significa agora conceder a cada época o seu próprio direito à essência e também à sua própria perfeição*” (1983, p. 10). Tomando por base Lucién Febvre e Fernand Braudel, Barreto mostra que a obrigação do historiador consiste em não retirar do seu contexto as questões e autores estudados: “*L. Febvre dizia muitas vezes para não se matar uma segunda vez o morto e matar um objeto da história é descontextualizá-lo, retirá-lo das medidas de sua ambiência epocal, não lê-lo na medida do seu século para utilizar uma expressão querida a F. Braudel*” (1983, p. 262).

Muitas vezes parece, com relação mais especificamente ao Brasil Colônia, que as abordagens historiográficas em geral vão de encontro às recomendações feitas por Barzun e Barreto, pois a mentalidade tida como iluminista do Marquês de Pombal passou a imperar na historiografia, ou pelo menos em parte dela. Sabemos que o iluminismo elegeu como seus inimigos mortais a Igreja Católica e a nobreza, os dois pilares da sociedade medieval. Graças ao iluminismo, o período anterior ao capitalismo foi colocado num bloco único e chamado de Idade Média, ou seja, tempo medíocre, mil anos de trevas onde a ignorância e a superstição imperaram; graças ao iluminismo, os séculos XV e XVI são lembrados mais pelos tribunais da Santa Inquisição e, quando se enaltece o período é pelo que de renascentista ele teve. O chamado espírito iluminista teima em permanecer na historiografia, na medida em que valoriza-se ou deprecia-se exatamente aquilo ou aquele que mais se parece ou mais é contrário ao que se tem hoje como correto, ou mais propriamente, como politicamente correto.

O que importa, em primeiro lugar, nesta discussão, é entender historicamente o próprio iluminismo, ou seja, evitar tratá-lo da mesma forma como a sua mentalidade trata a história, não o julgando moralmente. O iluminismo foi uma espécie de amadurecimento político da mentalidade burguesa que encontrou na filosofia uma plena justificação de se romper com uma sociedade estratificada, rumo a uma sociedade livre. A própria ciência

moderna, que amadureceu no período iluminista, prometeu “aliviar o esforço humano”, redimindo, de certa forma, a humanidade de um longo período de obscuridade. A razão passou a ser a garantia de uma sociedade equilibrada, justa e desenvolvida. A utopia iluminista não se concretizou plenamente e não pretendo analisar aqui as razões de tal insucesso, apenas cito que uma das causas foi que a base igualitária que daria suporte para a utopia não se realizou também. Em síntese, o iluminismo foi, dentre outras coisas, uma arma ideológica contra o *Anciën Régime*, e soube muito bem desqualificá-lo, atribuindo a ele o caráter de obscuridade e anti-humanidade.

Apesar de não ter alcançado o sucesso como uma derradeira filosofia, o iluminismo permanece impregnado na contemporaneidade e dá suporte, por exemplo, à moda do politicamente correto e do multiculturalismo que hoje muito determina e muito criva as publicações sobre temas tidos como polêmicos.

Na literatura historiográfica portuguesa da segunda metade do século XIX e começos do XX, encontra-se facilmente uma mentalidade iluminista que, num viés liberal, faz a defesa intransigente de uma sociedade com bases democráticas em terras lusitanas. Oliveira Martins e Alexandre Herculano, para citar apenas dois nomes de peso na historiografia portuguesa desse período, são autores que apontam suas armas para o Absolutismo, para a Inquisição, para a Companhia de Jesus e para o Sebastianismo, instituições tidas como medievais e identificadas como responsáveis pelo atraso da nação. Autores dessa linha, como o próprio Martins, tecem loas ao período pombalino tido como o mais benéfico da história portuguesa, justamente porque ali se enfrentou os “graves problemas” da nação e alguns, como a Companhia de Jesus, cortou pela raiz, expulsando-a de todos os territórios portugueses.

É próprio da mentalidade iluminista julgar o passado pelo presente, absolvendo aquilo que mais se parece com os ditames, sempre racionais e justos, do presente e condenando o que foge, o que contradiz as virtudes atuais. O grande problema desse tipo de análise é que a compreensão efetiva do passado fica comprometida, pois subliminarmente atribui-se aos atores sociais do passado uma ciência e uma consciência muito para além da que a própria realidade deles permitia. Não se trata de usar a história para defender acontecimentos passados atribuindo-lhes o caráter de inevitabilidade, mas trata-se, sim, de entendê-los num contexto próprio em que ele ocorreu. O mesmo se dá com pessoas, instituições e práticas sociais.

Quando o assunto estudado é a Educação no Brasil Colônia, a mentalidade iluminista se manifesta julgando o processo colonizador brasileiro e seus principais agentes com o crivo

de recentes conquistas sociais. Por exemplo, o papel desbravador do bandeirante é reavaliado na perspectiva da força do conquistador belicoso, sedento por riqueza, sobre a fraqueza e ingenuidade do conquistado. Quando se trás a discussão para o nível moral, despem-se os atores sociais das relações econômicas, políticas e culturais a que estão sujeitos e das quais fazem parte e como que se individualiza a ação, retirando-os do seu ambiente epocal, como diz Barreto. Já dizia Voltaire que não se volta ao passado simplesmente por deleite, mas sim, para avaliá-lo segundo as perspectivas do presente. O que em Voltaire era uma luta concreta de dois tipos de sociedade, na atualidade transformou-se em juízo moral e, nesse sentido, o seu ensinamento é seguido à risca, de forma intempestiva, pela perspectiva iluminista atual, mesmo não tendo mais o Antigo Regime por perto.

O trabalho da historiografia iluminista é facilitado quando se voltam os olhos para as chamadas fontes, principalmente as do século XVI, pois a fala viva das pessoas geralmente não é modificada (ainda bem!) mesmo em publicações recentes, mantendo-se expressões usuais à época e que causam estranhamento hoje. Neste particular, as Cartas dos padres jesuítas são exemplares, pois todos os conceitos da época são apresentados de forma clara, sem rodeios: os índios não tinham a verdadeira fé, sendo, por isso, infelizes e, portanto, era tarefa do evangelizador salvar a alma e torná-lo uma criatura feliz. A evangelização aparece sem rodeios, no sentido de que era uma cultura que necessariamente deveria se impor à outra e, nesse processo, a desqualificação da cultura tida como errada era uma tarefa que se impunha. A educação do gentio era, a rigor, a imposição da cultura branca, da religião cristã com todos os seus adereços.

A questão discutida aqui é como analisar esse processo. A visão iluminista geralmente condena a prática dos jesuítas imputando-lhes a pecha de terem sido os instrumentos de execução da dominação de uma cultura sobre a outra. Numa perspectiva mais radical, fala-se mesmo em destruição franca e deliberada de toda uma civilização, motivada pelo lucro imediato, pela insensibilidade e pelo poder. Aqui não se discute, nem se questiona que realmente aconteceu um processo de dominação, no entanto, a forma se ver e interpretar esse processo pode levar não um descobrimento, mas sim encobrimento da questão que se está estudando.

Mais do que contrapor teorias históricas e/ou historiográficas, como a História Cultural, a Micro-História, a História da Memória, História das Idéias, História Crítica etc., penso que a discussão fundamental recai sobre o viés iluminista que está presente - e pode não estar também - nas teorias. As duas últimas décadas do século XX foram marcadas, no que

toca ao debate teórico/ideológico, pela querela entre o Materialismo Histórico e a Escola de Annales (a chamada Nova História), cujos respectivos discípulos afirmavam terem a verdade sobre a história, beirando uma disputa fundamentalista. O início do século XXI é marcado, por sua vez, ao que parece pelo menos, pela tolerância e por uma convivência mais pacífica entre as teorias históricas, que por sua vez se multiplicaram. Assim, creio que não é mais o momento de levantar um debate historiográfico de teorias, mas, por outro lado, creio que ainda é tempo de combater uma ideologia que, mais do que dar sua versão acerca do fato estudado do passado, encobre-o, atribuindo a ele uma consciência só possível no presente.

Em se tratando do Brasil Colônia, o maior equívoco das abordagens hoje seria fazer eco às concepções políticas da historiografia portuguesa liberal do final do século XIX, não porque ela estava errada - pois isso não é verdade - mas porque ela expressa o debate acerca da identidade da sociedade portuguesa naquele período. Algo que o marxismo ensinou muito bem e, creio que para além das teorias específicas, foi que a história é feita pelos homens e não livremente. É o conhecimento das circunstâncias transitórias e históricas, que permite entender o passado e os homens do passado de acordo com o seu contexto e qualquer avaliação que venha a ser feita deveria levar em conta essas especificidades.

O conhecimento da educação na Colônia requer, portanto, um conhecimento da própria Colônia como um todo, e isso significa entre outras coisas que é necessário um conhecimento da sociedade portuguesa e europeia para se perceber que aqui não foi feito nada além do que a cultura daquela sociedade permitiu. Claro que no Brasil do século XVI muitas regras sociais foram esgarçadas, afinal “não existe pecado do lado debaixo do Equador”, mas, mesmo assim, a sociedade que ditava as regras e cobrava sua execução, quando necessário, era a sociedade de corte portuguesa. Após 1549 o Brasil passa a fazer parte efetiva do Império Português, pois com a decisão política de estabelecer um Governador-Geral, ou seja, um poder centralizado e centralizador, o Brasil se abre como um território a ser colonizado com um outro tipo de planejamento. Não é a toa que somente em 1549, junto com Tomé de Souza, é que os padres da Companhia de Jesus vêm para o Brasil com a tarefa de serem súditos missionários, cuidando dos brancos e evangelizando os gentios. Os jesuítas chegaram em Portugal em 1540 e em 1542 Francisco Xavier já chegava em Goa para ser o primeiro missionário da Companhia em todo o mundo.

De 1549 até por volta de 1800 qualquer tentativa de se fazer uma história da educação brasileira autônoma e independente corre o risco de ser parcial demais, pois, de fato, falar de Brasil neste período é falar de Portugal, até porque o Brasil era Portugal. O artigo do

professor António Gomes Ferreira, **A Educação no Portugal Barroco**, que faz parte da obra já citada organizada por Stephanou e Bastos, é um exemplo oportuno de ao se estudar a educação no reino português, entender um pouco mais a educação no Brasil Colônia, pois nada do que era feito aqui, pelo menos de oficial, o era sem o conhecimento e consentimento da Coroa e de sua Corte. É claro que pela distância e pela grandeza territorial do Brasil, o controle social por parte da Coroa poderia ser muito dificultado, mas isto não significa que não havia qualquer tipo de controle, muito ao contrário. A vida do jesuíta Antonio Vieira, por exemplo, ilustra bem o caso, pois defensor de uma política positiva para a sociedade brasileira, advogando que boa parte dos impostos ficasse aqui, teve que ir muitas vezes para Portugal para tentar resolver lá as questões, pois sabia que era na corte que muitas coisas se resolviam e não na Colônia.

Assim, penso que as tentativas de se fazer História da Educação no Brasil Colônia devem ter em conta que uma das circunstâncias a que os homens no Brasil estavam sujeitos era o fato de pertencerem a Portugal. O caso da Companhia de Jesus ajuda a ilustrar essa dependência, principalmente se se pensar no século XVI. As **Constituições da Companhia de Jesus** prevêm na sua organização a instância da Província, que deveria ser criada quando houvesse necessidade devido ao volume de padres e trabalho, e que os provinciais estariam, hierarquicamente, abaixo apenas do Geral, que ficava em Roma. No ano de 1553 fora criada a Província do Brasil e o padre Manuel da Nóbrega escolhido seu primeiro provincial, sendo que a Província de Portugal já existia desde 1546 e em 1549 a Província de Goa. Se fôssemos olhar apenas o que diziam as Normas e Regras da Companhia, os três provinciais teriam isonomia dentro da hierarquia, mas, de fato o que acontecia era que os provinciais de Goa e do Brasil eram subordinados ao provincial de Portugal. O episódio da substituição de Nóbrega do provincialato é narrado nas Cartas de forma a não deixar dúvidas: apesar de ter a preferência do Geral para continuar sendo provincial, mudando a sua residência para o sul, prevaleceu a orientação do provincial português, o qual certamente era porta-voz da corte portuguesa, de que Nóbrega deveria deixar o cargo.

A Companhia de Jesus que era, já no século XVI, uma organização universal, se fazendo presente em várias partes do mundo, organizando-se em inúmeras províncias, tendo um sólido espírito hierárquico, tinha consciência de que nos lugares onde se encontrava, principalmente nas novas terras de missão, era súdito da Coroa que financiava o empreendimento evangelizador. Ser súdito era ser obediente e ser porta-voz do Rei e da

cultura que representava e, nesse sentido, os índios no Brasil, por exemplo, ao serem evangelizados e tornarem-se cristãos, tornavam-se, também, cidadãos do reino lusitano.

Nesse sentido, me parece que o estudo da Educação no Brasil Colônia deve ter a preocupação de não abrir mão de entender a educação e as práticas educativas em Portugal pois, de certa forma, aqui no Brasil se tratava de implantar a mesma racionalidade. A compreensão da sociedade e educação portuguesas serve, inclusive, para entender práticas e experiências diferentes implantadas aqui, pois até para ser diferente, o modelo a ser rejeitado era o português. A compreensão da sociedade e educação portuguesas permite, também - e talvez esse aspecto seja o mais importante -, adentrar naquele contexto e perceber que concepções e práticas sociais tinham uma lógica interna que tomaria como irracional uma mentalidade que se aproximasse do que hoje se tem como mais acertado. O preconceito não estava, necessariamente, na cabeça das pessoas do passado, pois, na maioria das vezes, eram conceitos arraigados na cultura. Nesse sentido, julgo que quanto mais o pesquisador adentrar no contexto social, político e cultural do assunto que ele está abordando, mais profunda e conseqüente será sua análise.

Na minha pesquisa sobre a racionalidade jesuítica no Império Português do século XVI pude perceber que seria muito empobrecedor atribuir àqueles padres somente uma mentalidade escolástica. Pude perceber e desenvolvi a hipótese de que pela sua organização, pela sua forma de agir e pela sua educação, os jesuítas partilharam de uma racionalidade mercantil, que era própria daquele contexto de expansão comercial, política e religiosa da sociedade portuguesa. A evangelização fazia parte inerente daquele contexto, pois era tarefa do rei – tarefa aliás natural, independente de qualquer atributo jurídico – levar a verdadeira religião àqueles que não a tinham. Junto com a espada ia a cruz!

É certo que os jesuítas, particular mas não exclusivamente no Brasil, enfrentaram brancos portugueses ao defenderem os índios da escravidão, mas é verdade, também, que eles pregavam para os escravos enaltecendo sua função na cadeia produtiva da sociedade. Ter uma racionalidade mercantil não significava, necessariamente, ser expressão da sociedade burguesa que ali se gestava, pois, de fato, os jesuítas não podem ser classificados como ideólogos da burguesia; no entanto, eles participaram ativamente da construção da sociedade colonial, sociedade que só foi criada, como já mencionado acima, como resultado do processo de expansão comercial.

Também seria empobrecer a função que os jesuítas tiveram na construção da sociedade colonial brasileira se, à moda iluminista, eles fossem reduzidos a meros agentes de

dominação social e cultural. Historicamente não há como e porque negar que a cultura da civilização (ou civilizações) dos índios sofreu um processo de dominação, mas, por outro lado, o esforço de compreender esse processo permite ver a atuação jesuítica como coerente e conseqüente do ponto de vista dos seus objetivos. O resultado mais apreciado pela comunidade jesuíta era a conversão dos gentios, pois com isso, o trabalho dos padres era recompensado e o céu, que eles também labutavam para alcançar, estaria mais perto.

Em síntese, penso que a historiografia que se utiliza da mentalidade iluminista deixa de contribuir com o desvelamento do passado deixando-o tão obscuro quanto encontrou. E, se ainda encontramos uma vasta literatura a julgar continuamente o passado pelos valores que a história possibilitou no presente, resta o consolo dado por René Füllöp Miller que, ao repudiar o método dos livros que ou somente fizeram “*aviltar e acusar*” ou “*defender e encomiar*” o jesuitismo, acabam por significar a importância daquele tema para a história: “*Em compensação, uma visão incomparavelmente mais penetrante da natureza e da significação do jesuitismo, no-la proporcionam todos os panfletos ressumantes de ódio, as representações caricaturescas e as calúnias da história da Ordem, bem como as apologias embelezadas, os relatos disfarçados e as glorificações da mesma: todos êles nos mostram a atitude de homens de carne e osso em face da idéia jesuítica; êles nos permitem reconhecer quão profundamente essa idéia influiu sobre o pensar e o agir de todos os tempos; permitem reconhecer a que grau de revolta e entusiasmo apaixonados ela impeliu o espírito humano*” (1946, p. 09). Creio que o ensinamento de Miller pode ser aplicado para tantos outros temas polêmicos que envolvem a educação no Brasil Colônia.

Por fim, quero novamente agradecer a organização do evento, quero cumprimentar o professor Gilberto Alves, pelo qual nutro uma estima e respeito profundo já há anos, e também aos professores debatedores Anselmo Alencar Colares e Rita Filomena Bettini. Meu texto foi feito de forma muito mais apressada do que eu havia planejado e, por isso, pode pecar pela superficialidade. Faço votos que ele ao menos tenha contribuído com o debate desse importantíssimo tema da História da Educação no Brasil Colônia.

Bibliografia

ANCHIETA, José de. **Cartas – informações, fragmentos históricos e sermões**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988. Cartas Jesuíticas.

BARRETO, Luís Filipe. **Descobrimientos e Renascimento – formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI**. 2^a ed.. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983. Temas Portugueses.

BARZUN, Jacques. **Da alvorada à decadência – a história da cultura ocidental de 1500 aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

CONSTITUIÇÕES da Companhia de Jesus e NORMAS Complementares. São Paulo: Loyola, 1997.

HERCULANO, Alexandre. **História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal**. 3 vols. Europa-América, s.d..

LEITE, Serafim (ed.). **Monumenta Brasiliae** (1558-1563). Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu, 1958 (v. III).

MARTINS, Oliveira. **História de Portugal**. Lisboa: Guimarães Editora, 1972. (A primeira edição de 1879)

MILLER, René Füllöp. **Os Jesuítas, seus segredos e seu poder**. Porto Alegre: Globo, 1946.

NAVARRO, Azpilcueta & outros. **Cartas avulsas - 1550-1568**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988. Cartas Jesuíticas.

NÓBREGA, Manoel da. **Cartas do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988. Coleção Cartas Jesuíticas.

RODRIGUES, Francisco. **A Companhia de Jesus em Portugal e nas missões – esboço histórico, superiores, colégios, 1540-1934**. Segunda Edição, Porto: Apostolado da Imprensa, 1935.

STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2004. (Volume 1)